

JONES DE ARAÚJO DIAS FILHO



SERIDÓ PARAIBANO

FRONTEIRA DESPEDAÇADA



Nativa

 NUPEHL

SERIDÓ PARAIBANO

FRONTEIRA DESPEDAÇADA



Editor

Lucas Manoel Freire Monteiro Cabral

Conselho Editorial

Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
Emerson Marcelino Alves Silva

Conselho Científico

Alberto Edvanildo Sobreira Coura (UEPB)
Bruno Rafael de A. Gaudêncio (ALCG)
Eliton S. Medeiros (UFPB)
Flaubert Barros Leira (HGGP)
Flávio Carreiro de Santana (NUPEHL)
Glauber Paiva da Silva (UFPE)
Hélio de Sousa Ramos Filho (UFPB)
Hilmária Xavier Ribeiro (UEPB)
Jordan Queiroz Gomes (NUPEHL)
João Pereira Silva Neto (IHLS)
José de Sousa Pequeno Filho (IHSB)
José Edmilson Rodrigues (ALCG)
Juvandi Dos Santos Silva (UEPB)
Laudemiro L. de Figueiredo Filho (IHSB)
Lucira Freire Monteiro (UEPB)
Luíra Freire Monteiro (UEPB)
Luiz Carlos dos Santos (IHGAN)
Maria Ida Steinmuller (IHCG)
Thélio Queiroz Farias (ALCG)
Thomas Bruno Oliveira (IHGP)
Thuka Kércia Moraes de Lima (MDCG)
Vanderlei de Brito (IHCG)

Expediente

| | |
|----------------------|----------------------------|
| Designer gráfico | Emerson M. Alves Silva |
| Capista | George Tenório Pinto |
| Revisão linguística | Vanuza de Oliveira Barbosa |
| Normalização técnica | Luíra Freire Monteiro e |
| Normalização técnica | Flávio Carreiro de Santana |



Jones de Araújo Dias Filho

SERIDÓ PARAIBANO

FRONTEIRA DESPEDAÇADA

Nativa 

Campina Grande – 2021



Copyright 2021 – Nativa
ISBN 978-65-89987-01-7

Ilustração da capa:

Mapa da Paraíba oitocentista, com destaque para o Seridó, com miscelânea de litogravuras.

Capa: George Tenório da Silva
Revisão técnica: Luíra Freire Monteiro e Flávio Carreiro de Santana

Contato com o autor:
nativa.edit@gmail.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dias Filho, Jones de Araújo
Fronteira despedaçada [livro eletrônico]: o Seridó paraibano / Jones de Araújo
Dias Filho. -- Campina Grande, PB: Nativa Edições, 2021.
PDF / E-PUB
ISBN 978-65-89987-01-7

1. História do Brasil 2. Paraíba - História
I. Título.

21-78102

CDD-981.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Paraíba: História 981.33
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| GEOGRAFIA DA CAPITANIA DO PARAHYBA:..... | 10 |
| CAMINHOS E FRONTEIRAS..... | 10 |
| <i>1.1 O processo de interiorização.....</i> | <i>14</i> |
| <i>1.2 A formação das vilas e povoados e os caminhos da água....</i> | <i>20</i> |
| O SERIDÓ E SUA DISTRIBUIÇÃO CULTURAL, GEOGRÁFICA E ECONÔMICA | 26 |
| <i>2.1 O processo de desmembramento do Seridó.....</i> | <i>35</i> |
| À GUIA DE ENCERRAMENTO | 45 |
| FONTES | 48 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 50 |



INTRODUÇÃO

A formação territorial do Brasil teve como ponto de partida a organização das capitanias hereditárias, fórmula administrativa levado a efeito pelos portugueses nas ilhas do Atlântico, antes mesmo de chegarem ao Novo Mundo¹.

Na dita América Portuguesa, após a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530), D. João III decidiu implementar na Terra de Vera Cruz o mesmo sistema, no sentido de garantir a posse da nova terra e de ali instaurar um sistema econômico de produção de açúcares.

Em 1534, foram doados imensos territórios, de dimensões variadas, para súditos interessados em explorar, por conta própria, as novas terras. Para fazer jus aos mesmos, era necessário provar lealdade ao rei, lealdade esta expressa em serviços variados (o militarismo com especialidade) nos lugares do mundo por onde o império português se alastrara.

Contudo, o projeto colonial não se estabeleceu de imediato em todas as capitanias distribuídas. Dentre os variados problemas apontados pelos historiadores para que o plano de dominação luso não tenha logrado êxito

¹Esta nomenclatura tem suas origens no final século XV e remete-se às terras recém descobertas à oeste do Atlântico, mais especificamente o Continente Americano.

(entre os quais o descaso dos próprios donatários, interessados mais no comércio com o Oriente que nos gastos exorbitantes para a exploração das capitanias recebidas) verificou-se, com o passar dos anos, que a colonização em si limitava-se territorialmente entre a capitania de São Vicente (ao sul) e a de Pernambuco (ao norte).

Neste eixo, a colonização estacionara em Itamaracá, adonada por Pero Lopes de Souza. Os ataques crescentes da grande nação Tupi Guarani que dominava a região, alastrando-se para o extremo norte, parece ser o principal impeditivo do deslanchar do sistema colonial para outras partes das chamadas “Capitanias do Norte”, alocadas na denominada “Costa Potiguar”.

O que fazer para levar adiante, naquele inóspito território, o projeto colonial português?

Após a morte do donatário de Itamaracá e do reconhecimento de sua viúva da impossibilidade de gerir todo o território de sua capitania, foi devolvido ao rei dois terços do território original². O violento evento ocorrido no Engenho Tracunhanhem, quando morreram mais de 600 moradores – um número grandioso, se comparado com os padrões populacionais da época³ -, foi decisivo para que o rei ordenasse o imediato desmembramento e a criação de uma nova capitania.

A presença francesa, decisiva para fazer explodir a ferocidade dos potiguara, assim como a presença em massa dos gauleses no ataque ao dito engenho, serviu como alerta que, aos poucos, Portugal – com sua inação – abria espaço para a posse de outros povos, definitivamente macomunados com os invencíveis e numerosos Potiguara. Urgia a

² A devolução de 23 léguas de terras da capitania de Itamaracá é registrada por Maximiano Machado, em sua *História da Província da Paraíba*, à pag. 14.

³ Pedro Calmon, ainda em 1939, é quem levanta esse quantitativo, em sua História do Brasil.

Portugal demonstrar a posse de seus domínios.

Nascia ali a Capitania Real do Rio Parahyba, a primeira cujo donatário era o próprio rei, responsável pela conquista e colonização do novo espaço. A nova capitania se diferenciava das demais, uma vez não ter donatário, posto que assumida pela casa real, deveria ser por ela custeada nos esforços de conquista e colonização. É provável que o sucesso de Duarte Coelho, em Pernambuco, tenha despertado no “rei-menino” a possibilidade de auferir novos ganhos no Novo Mundo.

A configuração territorial da nova capitania foi registrada por Moreno (1612), demarcando, ao sul, o Rio Itaperoba e, ao norte, o Rio Garau, nos limites da capitania do Rio Grande. O rio Parahyba, antes central no antigo território de Itamaracá, passou a ter seu curso paralelo com a fronteira sul, no interior da capitania.

Como a atividade açucareira estabelecia-se ao longo da costa, os limites da capitania a oeste não foram estabelecidos neste momento, alastrando-se, por convenção, até os limites da linha de Tordesilhas, que separava o território de colonização de Castela. Na prática sabemos que não seria bem assim, e os novos desenhos das capitanias, a partir dos dados coletados em fontes primárias, denunciam o desenho do território colonial bastante distinto daqueles que abundam nos livros de história: listas horizontais recortando um Brasil que sequer havia nascido.

Assim, a criação da nova capitania é tida como ato meramente formal, consolidado quando da ordem de conquista pelo soberano, d. Sebastião, ao então governador da Repartição Norte, Luís de Brito Almeida, que deveria organizar a expedição de conquista. Burocrata afeito ao paço na Bahia e não à refrega, Almeida repassou para o ouvidor geral a tarefa, justificando a estadia de Fernão da Silva em Pernambuco.

A expedição foi um fracasso já que, após alcançarem a foz do rio

Parahyba e determinarem a tomada de posse em nome do rei português, defrontaram-se com os potiguara. O embate impôs a retirada, por terra, das tropas de Fernão silva, que recuou pelos matos até alcançar as primeiras povoações de Itamaracá.

Somente as queixas constantes do poderoso Duarte Coelho, que foi pessoalmente à Lisboa para denunciar os ataques do Potiguaras à rica Pernambuco, dissuadiu Luís de Brito a organizar uma expedição combativa. Financiada por d. Sebastião, partiram da Bahia nada menos que quinze navios, entupidos de toda sorte de gentes determinada a exterminar os bárbaros do rio Parahyba. Antes disso, porém, por desconhecimento do regime de ventos do Atlântico nas costas da capitania, a expedição se esfacelou.

Os gastos proveniente dessa expedição foram determinantes para a suspensão imediata de quaisquer tentativa de tomar posse das terras para além do Paraíba.

Urgia pensar na defesa do território e, nesse sentido, foi organizado a administração, agora não mais em repartições norte e sul, mas num governo geral, capaz de integrar a imensa colônia e defendê-la. No mesmo ano da nomeação do primeiro governador geral do Brasil, morreu d. Sebastião, gerando uma crise sucessória no reino que, ao fim e ao cabo, foi o substrato da União Ibérica.

No primeiro ano do reinado do sucessor de d. Sebastião, seu tio octagenário, o cardeal d. Henrique, um rico comerciante de pau brasil, residente em Pernambuco, dirigiu-se ao rei solicitando autorização para conquistar os territórios da capitania relegada. A empreitada resultaria para Frutuoso Barbosa o título de capitão mor da capitania real, além do direito de auferir todas as suas rendas. O pedido foi atendido prontamente, posto que interessava diretamente ao rei-cardeal: resguardava suas possessões no Novo Mundo sem maiores gastos.

Frutuoso Barbosa organizou a terceira expedição, desta feita diferenciada, uma vez ser composta de famílias captadas no norte de Portugal, guarnecidas por representantes das maiores ordens religiosas, e os parentes de Frutuoso. Ocupadas também por soldados, munições, sementes e mudas além de outros meios necessários à colonização, quatro naus zarparam de Lisboa em 1580 no rumo da capitania real. Porém, a expedição foi vítima de ataques de corsários, tormentas e ventos contrários, que dispersaram a frota, cujos integrantes ainda tiveram que enfrentar o falecimento, no decurso da viagem, da esposa do comandante que, frustrado, retornou a Portugal.

No mesmo ano de 1580 morreu em Portugal o rei-cardeal d. Henrique. No Brasil, por sua vez, faleceu o governador-Geral do Brasil, Diogo Lourenço da Veiga. Tem início a luta pelo trono português, que tem termo um ano depois, perante as Cortes de Tomar, que reconheceu a legitimidade do rei espanhol, Felipe II, em sua pretensão de unir as duas coroas, assumindo a coroa de Portugal e instituindo a chamada União Ibérica.

A união das duas coroas lançou o Brasil num hiato político, visto que havia vacância no cargo maior da colônia. O preenchimento necessário desse cargo promoveu a escolha de uma junta governativa, que durou até a chegada de Manuel Teles de Barreto, em 1582, ano em que houve o reconhecimento da união das coroas ibéricas pela Câmara de Salvador, que marcou o ato de aclamação do novo rei.

Antes disso, porém, o maior interessado na capitania do rio Parahyba, Frutuoso Barbosa, já se achegava à nova administração portuguesa, para clamar pelo reconhecimento da ordem régia concedida desde 1579. Mantendo o acordo com a Corte de Tomar, Felipe II estendeu a ordem do seu antecessor, concedendo ao comerciante os mesmos direitos havidos quando do reinado de d. Henrique. Foi o bastante para que Frutuoso, carreando os frutos de sua fortuna, organizasse uma segunda e mais potente expedição de conquista.

No ano seguinte, Frutuoso partiu de Lisboa no rumo do rio Paraíba, no sentido de tomar posse de seus domínios. Vinha acompanhado de uma tropa de soldados espanhóis, além de vários nobres de Castela. Em Pernambuco, teve o apoio de Simão Rodrigues Cardoso, ouvidor-mor daquela capitania, que disponibilizou duzentos homens e mais uma tropa de nativos para, a pé e a cavalo, marcharem para o Paraíba. Frutuoso, por sua vez, veio por mar. Quando chegou à foz do rio Paraíba, com sua armada e algumas caravelas, subiu o rio, deparando-se mais à frente com oito naus francesas das quais incendiou cinco que estavam ancoradas e com a maior parte de seus tripulantes em terra, tratando de carregar o pau-brasil, junto com os Potiguaras, enquanto três outras fugiram.

Animados pela vitória fácil, desembarcou o filho de Frutuoso juntamente com alguns parentes seus e soldados espanhóis. Contudo, ao adentrarem a terra, foram pegos em uma cilada na qual morreram mais de quarenta homens, entre nobres espanhóis, soldados, portugueses e o próprio filho de Frutuoso, vitimados pelos ataques traiçoeiros dos potiguara.

As naus, com os tripulantes que não desceram à terra, retornaram à foz do rio, onde aguardaram a chegada de Simões Rodrigues e sua tropa, que marchavam a pé desde Pernambuco. Com a chegada da tropa, atravessaram o rio para sua banda norte, pois do lado sul do rio (cabedelo) constataram não ser possível se fortificarem e povoarem pela falta de água. Foi a primeira vez que o rio Paraíba foi oficialmente transposto, adentrando-se no coração das terras potiguares. Ali, portugueses e espanhóis combateram e mataram muitos potiguaras e, avistando a enormidade de nativos que ali habitavam, compreenderam serem incapazes de combatê-los, abandonando o arraial e retornando à Pernambuco.

Dessa aventura, restou um homem arrasado, viúvo e enlutado, cujas finanças foram investidas maciçamente no afã de conquistar sua posse. Frutuoso Barbosa, em tal espírito, recolheu-se à sua casa em Olinda, onde desejou que sua sorte mudasse.

A esta altura, o acesso ao Brasil pelos espanhóis era livre, na demarcação de domínios que, a despeito do acordado com as cortes de Tomar, não afastavam a vontade de Felipe II em explorar esta parte do Novo Mundo.

Não foi à toa que o comandante Diogo Flores Valdez foi ordenado para administrar o avanço da colonização ao norte da colônia. Esta presença marcante, navegador experimentado dos interesses espanhóis, vinha com a missão de socorrer o Brasil das crescentes invasões francesas e inglesas, e comprova que a antiga colônia portuguesa estava sob as ordens do trono espanhol, assim como de seus interesses.

Na organização da expedição de Flores Valdez, Frutuoso Barbosa, em suas últimas forças, inter pôs recursos solicitando sua participação. Afinal, ele detinha uma ordem régia ratificada pelo rei reinante e seus feitos militares -às suas expensas- eram reconhecidos tanto em Portugal quanto na Espanha.

Desde 1583, Flores Valdez deu partida no projeto de organização da expedição pretendida, junto com Manuel Teles. Em 1584 partiu da Bahia para Pernambuco na companhia de Martin Leitão (ouvidor geral), Martin Carvalho, provedor da Fazenda e a figura entristecida de Frutuoso Barbosa, esperançoso de auferir, finalmente, os frutos de seu esforço. Começava, assim a quinta expedição, que atacaria por mar e por terra, contando com um grande número de soldados espanhóis, em sua maioria, portugueses, mamelucos e indígenas.

Desde a chegada da expedição à foz do rio, as batalhas foram uma realidade, já que transcorreram dois anos desde a última expedição, o que deixou à vontade os franceses e potiguaras em seus domínios e transações.

Flores Valdez reafirmou sua natureza belicosa, incendiando desde o primeiro momento cinco naus francesas e um fortim nas margens do rio. A conjunção das tropas marítimas com as tropas terrestres foi determinante para que os ataques aos aldeamentos do lado norte do rio

fossem decisivos e constantes, nos quais morreram centenas de nativos e muitos dos seus aliados.

Finda a refrega, Flores Valdez ordenou o levantamento de um fortim da margem norte do rio, em desacordo com Frutuoso, que julgava ser arriscado demais manter-se no território dos inimigos. Mas, para Valdez, o desafio seria tomar as terras ao norte, início da chamada Costa Potiguara, alastrando-se cada vez mais ao norte, para que a conquista se consolidasse.

O retorno do Flores Valdez à Espanha exigiu a reorganização do comando do forte, por ele batizado em homenagem a São Felipe e Santiago, rei e santo. Para o comando do forte nomeou Francisco de Castrejón, capitão de infantaria e homem de sua confiança, guarnecendo-o com duzentos arcabuzeiros espanhóis, um galeão e dois patachos. Como governador do povoado que ainda ia se formar, nomeou Frutuoso Barbosa, deixando sobre seu comando cinquenta homens, de variadas origens.

Os meses seguintes foram marcados pelos constantes ataques dos potiguara, ensandecidos pela mortandade dos seus ocorridas em suas terras, pela primeira vez. Viver no forte foi penoso, e o desgaste psíquico de seus ocupantes acarretou brigas e dissensões entre os mesmos.

A estratégia encontrada para desarticular o poder potiguara, que tentava a todo custo retomar suas terras e impedir a entrada de colonos naquelas paragens, foi o remanejamento do aldeamento de Tabajaras, que viviam às margens do Opará, atual rio São Francisco. O acordo realizado entre os administradores ibéricos e o principal dos Tabajara demarca, em nossa historiografia, o dia de fundação real da capitania, em 5 de agosto de 1585.

A escolha de local apazível para o estabelecimento da cidade, nos termos determinados pelas Leys das Índias, só se deu em novembro seguinte, quando da chegada de Martin Leitão, o ouvidor geral, afeito à letra da lei.

Mais quinze anos se passaram até que a conquista se consolidasse, com a rendição dos potiguara. A capitania, porém, manteve-se firme em seu projeto de desenvolvimento.



GEOGRAFIA DA CAPITANIA DO PARAHYBA: CAMINHOS E FRONTEIRAS

Embora criada no papel por Ordem Real, a conquista da Capitania do Rio Paraíba demandou força e sangue. Acordos de paz entre ibéricos e ameríndios tabajaras resultaram em determinações de guerras contra potiguaras que dominavam estas costas. Aliados dos franceses, a guerra seguia contra ambos.

Com a expulsão e morte dos franceses aliados dos potiguara, foi dado o primeiro passo da conquista e espanhóis e portugueses, juntos sob a mesma coroa, trataram de fundar a primeira cidade da Capitania Real da Paraíba.

Alguns meses após o acordo de paz, foi escolhido o local para ser fundada a Cidade de Filipeia, que desde sua fundação haveria de ter um arcabouço burocrático-administrativo, que a diferenciasse de um simples vilarejo ou aldeamento. Este seria mais um dos modelos de colonização levado a efeito pela governança de Felipe II, sob a perspectiva de que a vida da colônia deveria ser gerida nos centros urbanos e não nos campos, a despeito do fato de que os centros produtores da pretendida economia a ser assentada ocorreria nos meio rural.

É importante ressaltar que, à época, os colonos habitavam apenas os

territórios litorâneos, que compreendia cerca de vinte léguas (nas medidas atuais, pouco mais de 96 km) adentro da capitania, pois eram nesses espaços que ocorriam o plantio da cana e, conseqüentemente, onde localizavam-se os engenhos, que eram os responsáveis pela principal atividade econômica da colônia, a produção do açúcar e derivados da cana. Esse panorama só viria a mudar a partir do século XVII, quando a coroa portuguesa mandou avançar nos territórios do interior, para onde deveria seguir o projeto colonial.

O século XVII foi um período de constantes transformações na Capitania da Paraíba. A partir de 1601, o número de colonos cresceu na capitania e, conseqüentemente, ainda que a passos lentos, a Paraíba passou a ter um crescimento também no âmbito econômico. Os dados do século XVII demonstram a existência de 800 colonos, distribuídos em 14 engenhos. 14.000 índigenas estavam aldeados num meio produtivo que contava com pequena população de escravos negros, mas que produzia 22 barcos de açúcar por ano. Roçados e currais demarcavam essa área, assim como a extração contínua de pau brasil.

Ao norte do rio, demarcava a posse dos ibéricos o estabelecimento de ordens religiosas, especialmente a dos Carmelitas, abrindo os caminhos da colonização para a fronteira norte da capitania.

Assim transcorreu o restante do século XVI e parte do século seguinte, demarcado pela prosperidade de tres capitánias que, segundo Frei Vicente de Salvador, produzia mais riqueza que o comércio de especiaria, sendo tomado como a região mais rica do mundo.

Sob domínio espanhol, esta região encheu os olhos dos investidores dos Países Baixos, que financiaram invasões à então colônia, no sentido dela se apropriar. Depois de dez anos de ataques e renovação das estratégias, em 1634, as ricas e pujantes capitánias foram ocupadas pelos holandeses, permanecendo assim até 1654.

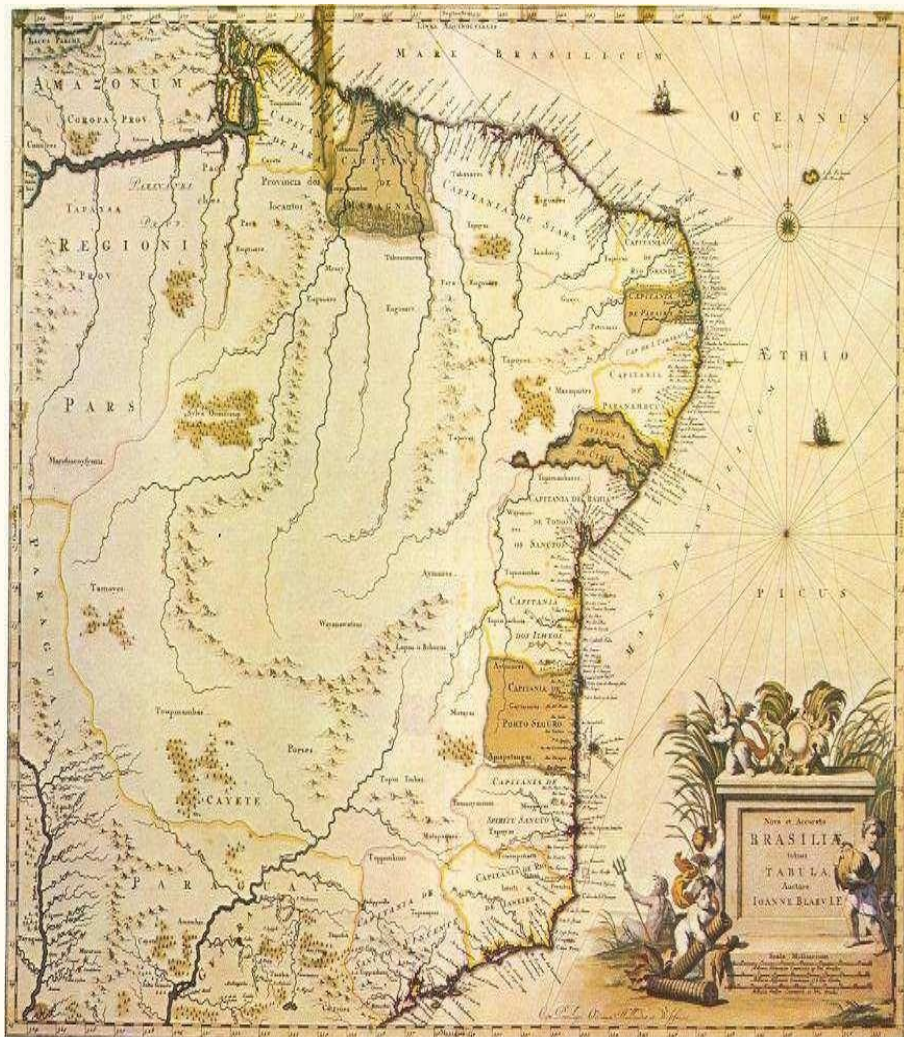
Não diferente de antes, a ocupação holandesa nas chamadas Capitâneas do Norte teve como foco econômico a produção açucareira. Assim como no início da colonização, o interior da capitania seguia inexplorado e a colonização limitava-se ao litoral, embora pequenas incursões tenham sido feitas, permitindo o alargamento das fronteiras para o interior da agora chamada “Capitania da Paraíba”, que deixou de ser “real”, vez que os novos colonizadores eram agentes privados, acionistas da Companhia da Índias Ocidentais. Contudo, as fronteiras formais da capitania já estavam delimitadas neste século XVII, embora não houvesse colonização em seu interior. A **Figura 1** representa como se dava a formação territorial da Paraíba no século XVII.

Durante quinze anos a Companhia da Índias Ocidentais, a partir de seus diretores, comandou as capitâneas do Norte, chamada em nossa historiografia de “Brasil holandês”. Trata-se de um período fecundo na produção documental sobre este território, com relatórios extensos tratando das freguesias, aldeias, vilas, número de escravizados, tipos de madeira, religiosidade, fortificações, números e tipos de engenhos aqui existentes. Relatava-se também a produção açucareira, o trânsito e o comércio de produtos, assim como dados ecológicos sobre a existência da fauna e da flora locais, fertilidade do solo e indicação de lugares adequados para fundação de engenhos e colocação de criatórios.

A produção de História, Medicina, Cartografia e até da pintura legaram para a posteridade um esplêndido conjunto documental produzido pela genialidade dos neerlandeses que, na mesma época, produziram o primeiro mapa da capitania, pela pena de Jorge Marcgrave.

A despeito de todas as melhorias implementadas durante o domínio holandês na Paraíba, a insatisfação de alguns acarretou ataques indiretos àquela administração. A destruição de moedas e o incêndio de canaviais visavam causar prejuízo na economia local, totalmente vinculada aos interesses da Companhia da Índias Ocidentais.

Figura 1 – Mapa de Joan Blaeu, de 1640, com quatro capitânias em destaque, entre elas a da Paraíba.



FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_da_Paraíba Acesso em: 03 dez. 2017.

Ao mesmo tempo, tínhamos em Portugal a emergência da dinastia do Bragança, cujas lutas possibilitaram a regeneração do trono português e a dissolução da União Ibérica.

A retomada de Portugal de sua antiga colônia esbarrava numa fronteira: a Paraíba, cuja território nunca conquistara. Para tomar posse dessa parte de sua colônia, a despeito das guerras intestinas de expulsão do holandeses, foi necessário indenizar a Companhia da Índias Ocidentais de todas as benfeitorias aqui implementadas.

Após a saída (vantajosa) dos holandeses das capitânicas do norte, a Holanda passou a financiar a plantação de cana e a produção de açúcar nas Antilhas. Dispondo de mais capital e mais técnica, conseguiu superar em pouco tempo a produção nordestina, que passou a enfrentar uma grande crise no mercado europeu. Esta grave crise de açúcar contribuiu para uma aversão colonial ao domínio português, culpabilizado de todas as mazelas que ocorriam no Nordeste açucareiro. A partir de então, atritos e mais atritos entre as classes dominantes de um lugar e de outro, vão se multiplicando e virando rotina. A rebeldia se propagou e passou a ameaçar o domínio luso sobre a colônia portuguesa (AMORIM, 2004).

1.1 O processo de interiorização

Com a realidade de uma grave crise na economia da capitania, era vez de Portugal tomar alguma providência para que não agravasse também uma crise política entre metrópole-colônia: era a hora de começar a dominar e colonizar os sertões. Este processo de interiorização e a busca por ampliar os territórios colonizados toma força na maioria das capitânicas ao decorrer do século XVII. Capistrano de Abreu⁴ nos mostra como se dá

⁴ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

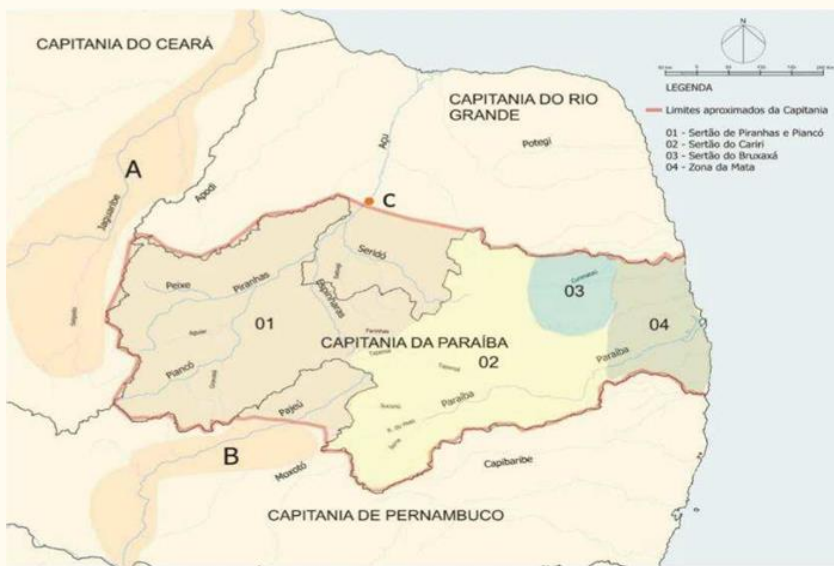
este processo principalmente nas capitanias ao sul do território colonizado, com foco na Capitania de São Vicente. As experiências das expedições dos bandeirantes ao sul tornaram-se modelos de como se conquistar o território dos Sertões no Brasil, fazendo com que estes mesmos bandeirantes participassem também de expedições para a colonização do interior de capitanias como as de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande.

Faltam documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha [...] (Abreu, 1998, p.109)

É importante ressaltar que, quando falamos de Sertão ou Sertões dentro desse contexto colonial, não estamos falando apenas do território que hoje conhecemos como sertão, mas sim de todo o território que abrangia além da faixa litorânea. Todo o território da capitania que se estendesse além das vinte léguas da costa litorânea era considerado como Sertão. Entende-se que este espaço, dentro deste processo de interiorização da capitania, compreende além do que conhecemos hoje no espaço geográfico da Paraíba como Sertão, este processo aplica-se também para a colonização das mesorregiões do Cariri, Seridó, Brejo, Curimataú e Agreste paraibano.

Para uma melhor compreensão de como se dá o processo de interiorização e de colonização, é necessário entender a disposição de espaço geográfico do sertão paraibano no século XVIII. Após a conquista do interior e a chegada dos colonos para consolidar tal feito, a concepção homogênea de sertão passa a diluir-se, e o espaço passava ser subdividido em cinco grandes sertões: Sertão de Piranhas e Piancó, Sertão do Cariri, Sertão do Bruxaxá, Sertão do Seridó e Sertão do Pajeú, facilitando assim as delimitações e a identificação dos territórios, como verificamos na abaixo:

Figura 2 – As delimitações dos cinco sertões da capitania da Parahyba no século XVIII.



FONTE: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da Hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010).

Busco aqui retratar sobre o processo de interiorização da Capitania da Parahyba a partir do momento em que a administração da capitania passou a atuar efetivamente e de forma oficial na ocupação e conquista deste território, que ocorreu a partir do ano de 1678, sob o comando de Antônio de Oliveira Lêdo⁵.

Destacamos isso pois sabe-se que desde o final do século XVI que partiu, da região do São Francisco, um grande contingente de pessoas e rebanhos em direção aos sertões, chegando também ao território paraibano e ocupando a região que hoje conhecemos como Alto Sertão

⁵ Os Oliveira Lêdo foram um importante grupo familiar no processo de conquista e ocupação do interior da Paraíba.

da Paraíba⁶. Este movimento de gente e seus rebanhos em busca da colonização do espaço dos sertões se deu, principalmente, pelo fato da atividade da pecuária ser algo visto com maus olhos pelo governo português, por ser uma atividade que, de certa forma, atrapalhava a produção açucareira, já que ocupava os espaços de terras férteis, necessárias à agricultura da cana.

Buscando uma maneira de separar de vez as atividades de produção de açúcar e a pecuária, o rei de Portugal, Pedro II, proibiu a criação de gado em um raio de dez léguas da costa, através da Carta Régia (1701). Este era o impulso que faltava para pôr em prática a política expansionista colonial portuguesa. A facilidade para a obtenção de terras (sesmarias) neste território ainda descolonizado tornava este espaço ainda mais atrativo para aqueles que desejavam investir na criação de gados (pecuária) e agricultura.

Em grande parte, a lavoura de subsistência, tendo em vista que nessa época comprar os alimentos necessários para sobrevivência, como cereais, eram muito caros devido à escassez e a logística para se conseguir alimentos, não era algo tão fácil e prático.

Como anteriormente falado, Capistrano de Abreu nos mostra a importância da experiência bandeirante para o processo de interiorização das capitanias do Nordeste. Abreu mostra como se deu o processo de desbravamento dos sertões na Capitania de São Vicente, que veio a servir como modelo para tal processo na Paraíba. Os primeiros bandeirantes seguiam os cursos naturais dos rios, para que pudessem rumar com destino aos sertões de dentro. Para Abreu (1998), seguindo os cursos dos rios não havia possibilidade de uma pessoa se perder.

⁶ A Casa da Torre, originários da Bahia, foram responsáveis por devassar grande parte desta região sem ao menos que a capital da capitania tivesse notícias. Este grupo deteve grande parte das terras da região do extremo oeste da Capitania da Parahyba.

Na porção ocidental, transpondo os colonizadores, rumo ao norte, as nascentes do Pajeú, caíam no vale do Piancó, estavam na região do Piranhas. Marchando pela Borborema, partindo do Moxotó, alcançavam as cabeceiras do rio Paraíba, entravam nos Cariris Velhos. Seguindo de leste para oeste, pelo curso do Paraíba, em sentido inverso, cedo chegavam ao planalto da Borborema, à mesma zona dos Cariris. (ALMEIDA, p.14).

Porém, este processo de interiorização não se deu de maneira pacífica, pois embora não fosse um espaço colonizado pelos portugueses, as terras já eram ocupadas por diversas tribos indígenas pertencentes ao grupo dos Cariris (também conhecidos como Tapuias) e os Tarairiús⁷. Segundo Gurjão (2004), houveram resistências organizadas pelos nativos, unindo várias tribos que se empenharam por longos anos nas lutas armadas, conhecidas como “Confederação dos Cariris” ou “Levante dos Tapuias”, ou, também chamadas de “Guerra dos Bárbaros”, como designavam os documentos oficiais de época.

Com o passar do tempo, várias foram as batalhas travadas entre nativos e colonos durante tal processo. O governo português chegou a estimular para que se combatessem os nativos com violência, e assim se foi feito pelos sertanistas e pelos bandeirantes paulistas. Após essa repressão exercida sob os índios nativos, provocando a morte de milhares não só dos nativos de tribos resistentes como também de colonos, foi-se

⁷ Há uma polêmica sobre a classificação dos índios paraibanos. José Elias Borges refuta a tese de que os Tarairiús pertenciam ao grupo cariri. Segundo sua classificação, os cariris se dividiam nas tribos Chocós e Paratiós (Monteiro e Teixeira), Bodopitá (Campina Grande), Bultrins (Pilar e Alagoa Nova), Icós (rio do Peixe, Sousa e Conceição), Coremas (rio Piancó); e os Tarairiús se dividiam em: Janduis (Seridó, rio Piranhas e Sabugi – Santa Luzia, Patos e Curimataú), Ariús (rio Piranhas, Sabugy e Seridó), pegas (rios Piranhas e Serra de João do Vale – Pombal, Catolé do Rocha), Panatis (Pombal e partes dos rios Piranhas e Espinharas), sucurus (Bananeiras, Cuité, rios Curimataú e Trairi), Paiacu (fronteira do Rio Grande do Norte e Ceará, região do Apodi e do rio Patu), Canindé e Genipapos (fronteiras do Rio Grande do Norte e Ceará), etc. (Cf. Índios Paraibanos. Classificação Preliminar. In. José Otávio de A. Melo e Gonzaga Rodrigues (org), **Paraíba. Conquista, Patrimônio e Povo**. p. 35-36 apud Godoy Silveira, 2004, p.27.)

instaurado uma certa “pacificação” e, posteriormente, uma consolidação dessa conquista do espaço conhecido como sertão. Segundo Sarmiento (2007) o processo que decorreu na ocupação do sertão não se deu por acaso. Tal ocupação se processou lentamente e foi forjada pelo Governo português, embora houvesse toda uma crise econômica, política e social instaurada na época da interiorização da conquista do sertão paraibano no final do século XVII e início do século XVIII.

Teodósio de Oliveira Ledo é tido como pioneiro da conquista do interior e o maior desbravador do Sertão da Paraíba, percorrendo e ocupando maior quantidade de terras que os outros bandeirantes. Após chegar a Pilar, seguindo o curso do Rio Paraíba, alcançou Boqueirão, Piranhas e Piancó. De Piranhas trouxe uma tribo de cariris, os Ariús, para a aldeia de Campina Grande (Gurjão, 2004, p. 31).

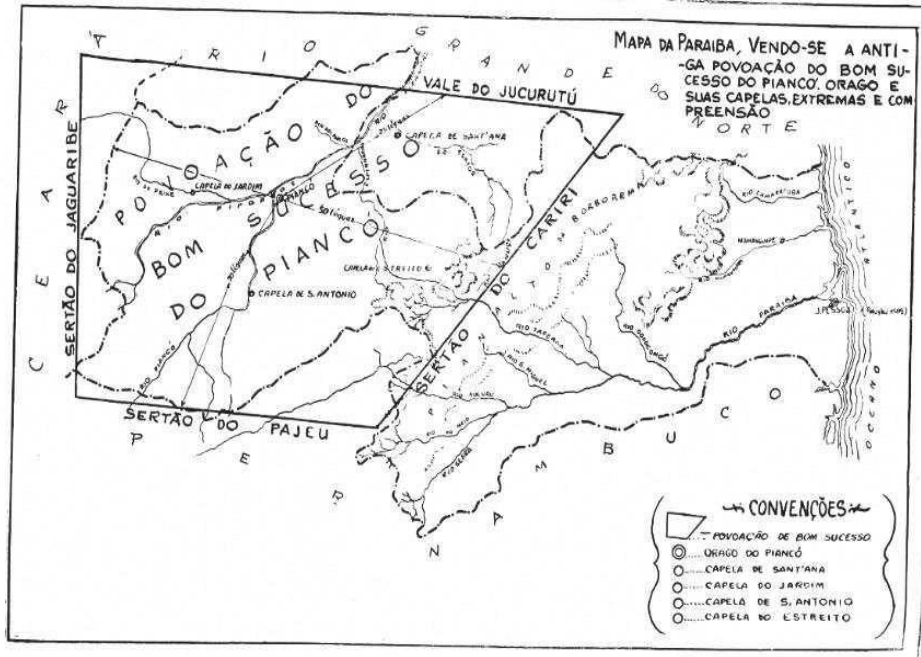
Com isso, os colonizadores passaram a requerer sesmarias destas terras junto ao governo geral da colônia. Os Oliveira Lêdo passam a ser os principais arrendatários de terras no Sertão da Paraíba, após ganharem as concessões. Estas concessões também podem ser vistas como forma de agradecimento aos Oliveira Lêdo pelos serviços prestados ao Reino durante este plano de expansão da colonização para dentro dos sertões.

Com o incentivo da administração portuguesa, o processo de colonização das terras do interior da capitania desencadeou o surgimento de povoações, freguesias e vilas na Parahyba. No que hoje conhecemos como alto sertão da Paraíba encontravam-se o Sertão de Piranhas e Piancó, como vemos na **Figura 3**. No Sertão de Piranhas e Piancó surgiram núcleos urbanos (que, a posteriori, originaram as atuais cidades de Sousa e Pombal) que se tornaram pontos estratégicos para as novas políticas de colonização empreendidas por Pombal⁸, que visava o

⁸ Após D. José I passar para as mãos do Marquês de Pombal o controle político do Reino português em 1750, Pombal implementou uma política buscando ampliar o número de vilas no interior. Pombal tinha como uma de suas metas a colonização da Amazônia e compreendia que a ampliação

fortalecimento e a criação de novas rotas de penetração que seguiam rumo ao Norte do Brasil.

Figura 3 – Delimitação do Sertão de Piranhas e Piancó.



FONTE: Seixas (1975, p.22). In. SOARES, Maria Simone Morais; MOURA FILHA, Maria Berthilde. O Sertão da Paraíba no Século XVIII: representações espacial e imagética. p. 89.

1.2 A formação das vilas e povoados e os caminhos da água

A consolidação da conquista, como dito anteriormente, tornou o Sertão um espaço atrativo para os novos colonizadores. Com a possibilidade da criação de gado e oportunidade de desenvolver outras

do número de vilas no interior além de aumentar as potencialidades de exploração de territórios até então inexplorados, fazia com que as rotas de penetração por terra em direção ao Norte passassem a ser protegidas e controladas pelas autoridades portuguesas.

atividades agrícolas que não fossem o plantio de cana-de-açúcar, o homem passa a seguir os bois através dos sertões. E é com a pecuária, através da economia do couro, que se reinventa também a economia interna da colônia. Capistrano de Abreu bem fala sobre a importância exercida por essa economia do couro, tendo em vista que o couro do boi era utilizado na fabricação de muitos utensílios que se popularizaram principalmente no interior da capitania, como por exemplo as bainhas das facas, os bornais, as selas e também as roupas para a entrada nos matos secos. Seguindo os caminhos das águas, os colonos passam a se fixar nas terras mais propícias para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, das suas atividades. Entre esses rios, que compunham os “caminhos das águas”, é importante ressaltar a relevância de rios como o Paraíba, do Peixe, Espinharas, Piranhas e Piancó.

Depois que a terra era adquirida, o fazendeiro levantava um curral e entregava a responsabilidade da fazenda a um vaqueiro que passava a administrar os trabalhadores necessários a atividade pecuarista: amansar o gado, ferrar bezerras, tirar leite das vacas parideiras, curar bicheiras, extinguir cobras e morcegos, fazer queimada, conhecer as malhadas escolhidas para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros para os animais. (Amorim, 2004, p. 59).

Com toda uma economia criada e se consolidando, a pecuária na capitania também foi responsável pela criação nesse contexto de várias vilas, freguesias e, posteriormente, cidades, como a exemplo Campina Grande, a qual evoluiu de uma feira de gado, e que anteriormente era parada para os tropeiros, que por conta da economia interna se deslocavam frequentemente do litoral para o sertão e vice-versa.

Desde a fundação do arraial do Boqueirão, pelos Oliveira Lêdo, nos inícios dos anos 60 do século anterior⁹, outros núcleos populacionais vão

⁹ Neste momento Godoy (2004) refere-se ao século XVII.

pontilhando o território. No entanto, da perspectiva político-administrativa (civil e militar), havia só um município, a cidade da Paraíba. Somente ao longo do século XVIII é que vai se engendrando uma organização religiosa e política mais consistente, com a criação de freguesias e vilas, muitas das quais oriundas de antigas aldeias indígenas. (Godoy, 2004,p. 28).

TABELA 1: CAPITANIA DA PARAÍBA – CRIAÇÃO DE FREGUESIAS – SÉC. XVIII

| Freguesias | Ano |
|---|------|
| Nossa Senhora dos Anjos | 1745 |
| São José do Piancó | 1745 |
| Nossa Senhora de Assunção de Alhandra | 1749 |
| Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora | 1750 |
| Nossa Senhora do Pilar | 1758 |
| Nossa Senhora da Penha de França (Taquara) | 1758 |
| São Miguel da Baía da Traição | 1762 |
| Nossa Senhora dos Prazeres do Monte-Mor da Preguiça | 1762 |
| Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande | 1769 |

FONTE: Irineu Pinto. Datas e Notas sobre a História da Paraíba, v.1. In. SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, Monique. Estrutura de Poder na Paraíba. p. 28.

TABELA 2: CAPITANIA DA PARAÍBA – CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DAS VILAS – SÉC.XVIII

| Vilas | Ano |
|--|------|
| Alhandra | 1758 |
| Pilar | 1758 |
| São Miguel da Baía da Traição | 1762 |
| Monte-Mor de Preguiça | 1762 |
| Conde (Jacoca) | 1768 |
| Vila Nova de Pombal | 1772 |
| Vila Nova da Rainha (Campina Grande) | 1790 |
| Vila Real de São João dos Cariris Velhos | 1800 |
| Jardim do Rio do Peixe (Sousa) | 1800 |

FONTE: Irineu Pinto. Datas e Notas sobre a História da Paraíba, v.1. In. SILVEIRA, R. M.G.; GURJÃO, E. Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, Monique. Estrutura de Poder na Paraíba. p.29

Ainda no século XVIII, enquanto flui intensamente o processo de interiorização, a capitania em si não vivia um bom momento político-econômico. Desde a guerra contra os holandeses, que motivou a expulsão dos mesmos dos territórios coloniais das capitanias do norte, que a capitania da Parahyba vinha sofrendo com problemas econômicos.

A capitania que anteriormente caminhava, embora lentamente, com um certo progresso, já não tinha mais essa prosperidade econômica. Vários fatores foram fundamentais para que essa crise viesse a calhar na capitania. Os holandeses, que ocuparam a maioria dos engenhos de cana-de-açúcar na Paraíba, aprenderam a como induzir a produção do açúcar, e estavam agora produzindo açúcar mais barato em suas novas colônias, fazendo com que a procura do mercado pelo açúcar brasileiro diminuísse. Além disso, durante esse processo de expulsão dos holandeses, vários desses engenhos foram destruídos, fazendo com que diminuísse a escala de produção do açúcar. Instaurado este panorama, começa um processo da crise não só da capitania da Parahyba como na

economia açucareira no Brasil em geral.

A Paraíba, que pouco recebeu apoio da metrópole, passou a ser vítima de extorsão pelo Fisco Português, agravando ainda mais a crise existente na Capitania. Em meio a isto, o Conselho Ultramarino, em Lisboa, no ano de 1755, mandou que fosse anexado o território da Capitania da Parahyba ao de Pernambuco, com o argumento que a Capitania da Parahyba não conseguia mais sustentar-se sozinha, por conta da sua crise econômica. Sua autonomia só viria a ser recuperada já ao final do século, no ano de 1799. Dentro deste período em que se manteve anexada à Pernambuco, a Capitania da Parahyba continuava a se expandir, inclusive em número de população, no interior.

A principal atividade econômica do sertão da Paraíba tornou-se a pecuária. De início a atividade pecuária era a de complementar a economia açucareira. Porém, com a crise da economia açucareira e graças à descoberta dos metais na região das Minas Gerais, no final do século XVIII, a atividade pecuária teve um grande impulso com a necessidade do abastecimento da zona mineira. Tal acontecimento gerou uma alta no preço da carne do gado e, com isso, criou-se uma expansão da atividade pecuária.

Um século depois da penetração do homem/boi nos Sertões paraibanos, a pecuária já atingia índices apreciáveis de desenvolvimento, participando das exportações que ocorriam em relação ao couro. (Amorim, 2004, p.60)

Dentro desse contexto surgem outras freguesias, como as de Conde, Patos, Cariri e Seridó. No século seguinte (séc. XIX), mais precisamente no ano de 1815, foi-se elevada a freguesia a localidade de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente conhecida como Bruxaxá e que hoje é a cidade de Areia, cidade essa que é detentora de uma riquíssima arquitetura oitocentista, uma das mais bem preservadas do estado e que é considerada como patrimônio da cultura nacional. Ela se tornaria, neste

contexto, em uma das cidades mais importantes, economicamente e politicamente para a Paraíba.

Entre 1798 e 1805, a população da Paraíba aumentou de 39.894 para 49.358 pessoas, com predominância de mulatos, seguidos de brancos, negros e índios. Em termos de ocupações, a agricultura absorvia esmagadoramente o maior contingente de habitantes, seguidos dos artífices (chamados, na época, de artistas) e de jornaleiros. Esta categoria vai-se ampliando, de forma expressiva, anualmente. (Godoy, 2004, p.33.).

A população passara a distribuir-se da seguinte maneira:

TABELA 3: PARAÍBA: NÚCLEOS URBANOS E RESPECTIVA POPULAÇÃO – SÉC. XVIII

| Núcleos urbanos | Nº de Habitantes |
|---|-------------------------|
| Parahyba (cidade) | 10050 |
| Taipa | 3700 |
| Nossa Senhora do Pilar | 165 |
| Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande (vila) | 1490 |
| Cariri de Fora | 1799 |
| Conde (vila) | 744 |
| Alhandra (vila) | 1089 |
| Baía da Traição (vila) | 628 |
| Montemor (vila) | 4498 |
| Pombal (vila) | 5422 |

FONTE: Irineu Pinto. op. cit. In. SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, Monique. Estrutura de Poder na Paraíba. p. 33.



O SERIDÓ E SUA DISTRIBUIÇÃO CULTURAL, GEOGRÁFICA E ECONÔMICA

A região do Sertão do Seridó está localizada entre os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, como é possível verificar na **Figura 4**. Os primeiros a se fixarem na da “*Ribeira do Seridó*” foram os indígenas tapuias (Tarairiús), estes que ao final do SéculoXVII travaram sangrentas batalhas contra os colonizadores portugueses naquilo que seria conhecido como “*Guerra dos Bárbaros*”¹⁰.

A região do Seridó no estado do Rio Grande do Norte e é, atualmente, composto por vinte e cinco municípios, são eles: Caicó, Currais Novos, Parelhas, Jucurutu, Lagoa Nova, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Cerro Corá, Acari, Florânia, Carnaúba dos Dantas, Serra Negra do Norte, Cruzeta, São Vicente, São João do Sabugi, Equador, Tenente Laurentino Cruz, Ouro Branco, São José do Seridó, São Fernando, Santana do Matos, Santana do Seridó, Timbaúba dos Batistas,

¹⁰ A Guerra dos Bárbaros, como ficou conhecida, foram séries de batalhas travadas entre os índios tapuias os colonos luso-portugueses nas terras do Seridó durante 10 anos (1687 – 1697). As batalhas se deram a partir da resistência dos indígenas à presença do colonizador em suas terras.

Bodó e Ipueira. O território do Seridó potiguar abrange quatro microrregiões, o Seridó Ocidental, o Seridó Oriental, a Serra de Santana e a microrregião do Vale do Assú.

Figura 4: Mapa da disposição geográfica da região do Seridó do Rio Grande do Norte e da Paraíba



FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Seridó> (Acesso em 23 nov. 2018)

Já no Seridó paraibano estão integrados oficialmente, segundo o IBGE, os municípios de Cubati, Juazeirinho, Junco do Seridó, Santa Luzia, Pedra Lavrada, Picuí, Nova Palmeira, São José do Sabugi, Frei Martinho, Salgadinho, Baraúna, São Mamede, Tenório, Seridó e Várzea. Na Paraíba, o território é dividido em Seridó Ocidental e Seridó Oriental.

O topônimo Seridó foi, por muito tempo, motivo de divergências. Historiadores como Coriolano de Medeiros e Câmara Cascudo acreditavam que o termo “Seridó” tinha origens indígenas, mais precisamente do linguajar dos tapuias, transcrito como “ceri-toh” e que tem como significado “pouca folhagem e pouca sombra”, o que condiz com a geografia da região. Há também uma outra versão em que o termo surgiu do hebraico, devido ao fato de uma parte dos seus colonizadores serem cristãos-novos, descendentes de judeus, e que os termos “sarid” e “serid” significavam “sobrevivente” ou “o que escapou”, além de “she-erit” que significa “refúgio Dele” ou “refúgio de Deus”. O fato é que, antes dos colonizadores chegarem à região para fincar raízes, já haviam documentos da primeira metade do século XVI que se referiam àquelas terras como “Valle Sirido”, como podemos ver abaixo, fazendo com que a versão apresentada por Medeiros e Cascudo seja de veras a mais coerente.

Termo de vizita aos nove dias do mês de abril do Anno do nassimento de N. Sr. Jezus Cristhus de hum Mil quientos e coarenta e 5 annos se deo a premera vizita dos portuguezes ao territorio interiorano inclusivi o Valle Sirido//como entao he chammado pelos tapuyos jundoins vizitas forão ocorridas n'el logazes Boucqueirãmd'Cuco - riacho d'Carnahubbas - queiquô - piancô alem d'outros c. mennos emportanssia. Logo despos da vizita a essa d.^a zona pr. elles prov. do El-Rey q. deos goarde um relato ms. aprasivel foe o do cuô e logazes das Carnahubbas habitados pelos tapuyos // essa vizita foi o pr^o contacto daqêlles tapuyos co'brancos portuguezes si bm. q. j. tinhão ido ao litoral escond.os.d. tupiz: se finalizando aqla. vizita c. a offerenda de cõndimentox e presentes d'el-rey de Portugal aos tapuyosdaq. valle do Sirido e eu conde Ant^o de Almmodovo prov.dr. real de el-rey e ajudante del portuguezes o escrevi e razo d.q.uso. Conde Ant^o de Almmodovo. Ascinatura de portuguezes q. visitaram o sirido // Ant^o de Mend.ça e Vasconcellos-Jozê Britto de Almd.^a-Pero loppes deMaceddo-Natanael Gomes Soares.Separatta: paçado a limpo este têrmo de vizita no dia quinzi de Janr^o de Hum Mil e seiscenttos & cincoentte annos. Gaspar Costa escrivao¹¹.

¹¹ Tal documento relata a primeira visita dos portugueses à região do Seridó. Datado de 1545, o documento foi passado a limpo em 15 de janeiro de 1657 pelo escrivão Gaspar Costa. In.

Fazia parte dos hábitos alimentares dos indígenas que habitavam a região a caça, o peixe, os frutos e principalmente o mel, que era usado como alimento e também como remédio. Com o tempo, o homem branco também passaria a adotar a prática indígena e utilizar o mel como alimento e remédio.

Após a colonização da região, a economia seridoense, trilhou os passos das demais regiões dos sertões e baseou-se na economia pecuária. A carne e o couro do gado eram os principais motores dessa economia. Esse couro, inclusive, era a matéria-prima de vários elementos que vieram a tornar essenciais para a vida dos seridoenses, como o chapéu e as vestimentas de couro, além dos calçados e das bainhas de facas, muito utilizadas no dia a dia do sertanejo.

Anterior ao processo de colonização da região, o Seridó contou também com a presença de holandeses em seus territórios. Acreditou-se, através dos séculos, que estes tinham sido os primeiros brancos a chegarem na região. Medeiros (1910) faz referências a esta entrada dos holandeses ao interior da Paraíba. Essas entradas se davam geralmente por aventureiros que faziam expedições particulares em busca de metais preciosos e que, em grande parte das vezes, aproveitavam essas expedições para fazer mapeamentos geográficos das áreas exploradas. Embora não haja dados concretos dessas expedições holandesas ao interior da Paraíba, uma carta de sesmaria indica ter havido no sertão uma *'situação do framengo'*:

Faço saber [...] que me enviou a dizer o Padre Antonio Saraiva da Silva, e seus Irmãos morador da Ribeira das Piranhas que a custa de sua fazenda descobrirão huas terras de plantar entre os providos das Piranhas e Rio grande na Serra chamada pella Língua do gentio Pequixacó, e na de branco Serra do Sertão que corre do poente para o nascente em que antigamente esteve hua Situação de

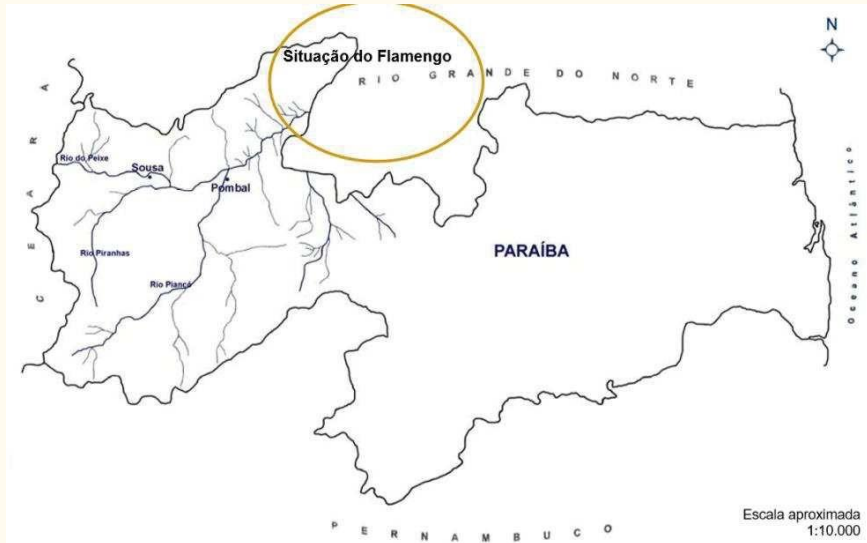
MACEDO, H. A. M. de. **Os documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do sertão do Rio Grande do Norte**. Mnome (Caicó. Online), Web, v. 5, n.12, p. 112, 2004.

Framengo, cujas terras por estarem devolutas e desaproveitadas as querem haver por data de Sismaria com tres legoas de comprido, e huma de largo pegando da Cítuação do Framengo para a parte do Nascente, buscando o olho d'agoa que esta para a parte do Jucurutu que deságoa para as Piranhas, ou fazendo pião na Cítuação do Framengo com legoa e meiapara a parte do Nascente, e legoa e meia para a parte do Poente, para onde melhor conta lhe fizer, fazendo da largura comprimento; ou do comprimento largura como melhor capacidade tiver cujas terras confrontarão da parte do Sul com terras da Missão do gentio Pega da parte do Poente com testadas do Capitão João do Valle Bezerra na mesma Serra, e da parte do Nascente com terras do Rio de Piranhas, pedindo-me em concluzão de Sua Petição lhe concedeçe em nome de Sua Magestade as ditas terras sem foro nem pensão salvo Dizimo a Deos¹².

Essa ‘Situação do Flamengo’ descrita no documento da época mostra que, de fato, haviam incursões holandesas ao interior da capitania da Paraíba e que, como mostra a **Figura 5**, os mesmos chegaram a explorar a região do Seridó.

¹² CARTA de Data de sesmaria de terras concedida ao Padre Antônio Saraiva da Silva, e irmãos, na ribeira das Piranhas. 20/5/1750. AHEP – Livro de Sesmarias. L. 6106. Fl. 35-37. In. SARMENTO, Christiane. **Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800**. 2007. pp.41-42.

Figura 5: Possível localização da antiga ‘Situação do Flamengo’



FONTE: Mapa modificado a partir de IBGE. Divisão territorial, 1987 apud RODRIGUES, Janete L. (coord.). Mapeamento Cultural: Paraíba onde o sol nasce primeiro. João Pessoa: Grafset, [2000]. In. SARMENTO, Christiane. Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800. 2007. p. 43.

Com o término das invasões holandesas nas capitanias do Rio Grande e da Paraíba, se teve início o processo de concessão de sesmarias nos territórios do sertão, buscando o fortalecimento da pecuária nestas terras. O Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara foi um dos primeiros sesmeiros da região do Seridó, e a concessão dessas terras, que anteriormente pertenciam aos índios tapuias trouxe uma reação por parte dos indígenas que não aprovavam a presença do homem branco em suas terras. A conquista dessas terras não se deu de forma pacífica, tendo provocado vários conflitos entre indígenas e portugueses conhecido como “Guerra dos Bárbaros”, que aconteceram no Seridó entre os anos de 1687 à 1697. Antes mesmo de se ter início oficialmente à Guerra dos Bárbaros, o Coronel Antônio de Albuquerque Câmara tomou a iniciativa para

construir uma Casa-Forte para defender os proprietários de terras dos ataques dos nativos. Com o início dos conflitos, a Casa-Forte do Cuó, como ficou conhecida, serviu de habitação e também de posto defensivo para as tropas do Coronel Antônio Câmara e, posteriormente, para as tropas militares do bandeirante Domingos Jorge Velho. O documento a seguir teve como objetivo relatar um combate entre as tropas portuguesas, lideradas por Domingos Velho e os gentis. O embate se deu na Serra da Rajada no ano de 1689. O documento é datado de 1690, de autoria de Francisco de Oliveira Barros.

Bando q.mandou botar N.M. na serra Rajáda ahos indios tapuyos destacapitânia do Rio Grâde da forma ad retro & ad hoc etc. Dignissimo el-rey de Portugal depoiz q. eu Prov.r real de S.M. q. Deos goarde a cargo do excm^o vice-rey do Brazil Ant^o Luiz Gonssalves camera Coutinho - o aferi (...) dos combates de noça nassao portugueza contra o gentio dos tapuyos janduinss nessa capitânia// e a fim de s.tr. concordado//.e naquêla serra rajáda ôde abêlhaz deste tipo predominãoe fazem mel//ode a N.M. // os dictos tapuyos tem entruncado por nao dever nada de bom la//e porisso excm^o vice-rey do Brazil Ant^o Luiz Gonssalves camera Coutinho mandou prl. *intermedio* do cap.mr. e depois êste ao Domingos Georges Velho consecuento monte e aho seo sargt^o-mor Cristovão de Mend. Arraes q. os mesmos fossem (...) aquêla serra e dali desbaratasse os barbaros...//na coal xegou ele d^o domingos Georges Velho ahaos vinte seis e ate 30 ai permaneceu combatendo aqueles barbaros do mez de 8br^o do anno do nassimento de Jesus Christus de 1689 annos// do grde. combate do dia vinte e oitodo mêz de 8br^o de d^o mêz as tropas de domingos Georges (...) teve de vitoria hum mil e quientos tapuyos mortos e trezentos prezos tendo morrido da troppas 30 homens além d'outros/ e os tapuyos despersarão-se indo p.o local xamado pr. elles de queicar xuc q. significa sacco do xiqexiqe; sua gloria desfraldada voltou o erario da tropa de Domingos Georges Velho para o seu logar de origem levd^o consigo o que de N.M. pedoretty pediu pôr entermedio do Cap.mor doRio Grâde. e eu subimêto aos da refferida camara o referida copia Frc^ode Olivêra Barros escrivão substituto q. o escrevi. Frc^o Gomes = Ant^o moreira

- Diogo Roiz = Fcº Lopez = 1690 anos do nascimento de N.S.J.C. do Brazil¹³.

Atualmente ainda é possível encontrar os alicerces da antiga Casa-Forte Cuó, que é considerada patrimônio histórico. Foi com esse movimento de tropas na Casa-Forte durante os conflitos que possibilitou, posteriormente, o surgimento do arraial de Queiquó, dando origem à cidade de Caicó, uma das mais importantes da região do Seridó. O povoamento da região do Seridó só foi possível após a vitória dos portugueses, conseqüentemente, a dizimação de grande parte dos nativos que ali habitavam.

A *Guerra dos Bárbaros* não impediu ou atrasou o plano da administração portuguesa de dominar e colonizar os Sertões. No mesmo ano de 1687 foram fundados os arraiais de Açu, na capitania do Rio Grande; Jaguaribe, na capitania do Ceará e Piranhas, na capitania da Parahyba.

Além dos citados arraiais, outro ponto militar, chamado “Casa Forte do Cuó”, foi fundado na ribeira do Seridó, onde hoje está instalada a Cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Essa casa forte também pode ser considerada como um arraial e foi fundada antes mesmo dos arraiais de Açu, Piranhas e Jaguaribe, como apontam alguns documentos do Cartório de Pombal [...]¹⁴

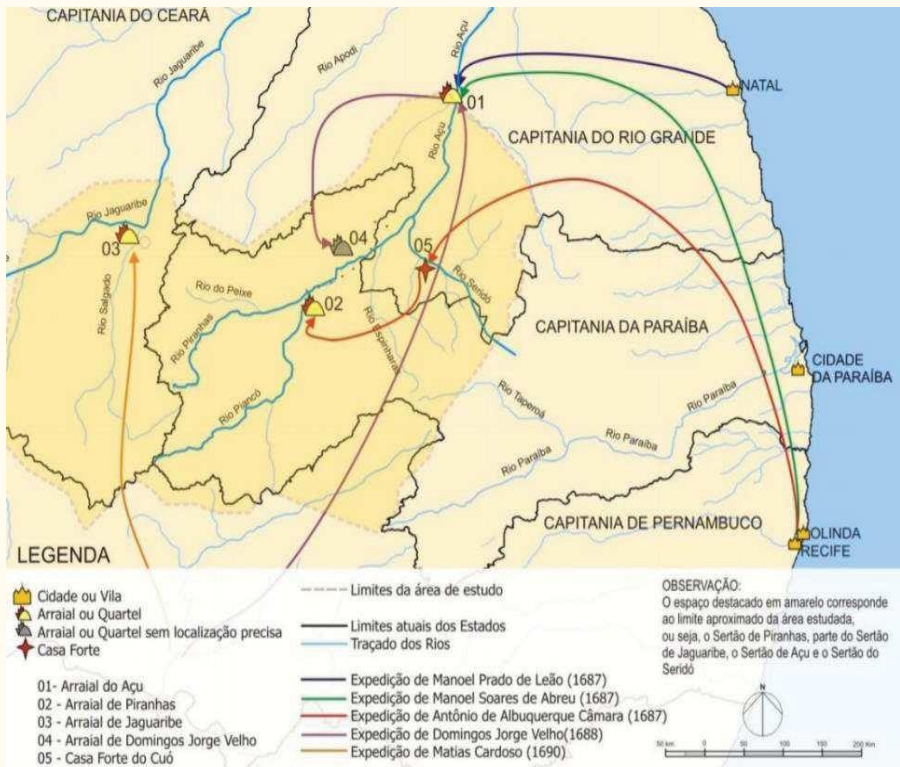
A criação desses arraiais possibilitou uma melhor interligação entre os Sertões de Açu, Seridó, Piranhas e Jaguaribe e, conseqüentemente, com outras áreas do território, como vemos na **Figura 6**.

Figura 6: Arraiais e Expedições no Sertão de Piranhas, Assu e Jaguaribe em fins do

¹³ In. MACEDO, H. A. M. de . **Os documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do sertão do Rio Grande do Norte**. MneMe (Caicó. Online), Web, v. 5, n.12, p. 112, 2004.

¹⁴ SOARES, Maria Simone Morais. MOURA FILHA, Maria Berthilde. **A Formação dos Arraiais nos Sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em Fins do Século XVII**. Fenix: revista de história e estudos culturais, v. 11, p. 10, 2014.

século XVII e início do XVIII.



FONTE: Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil, PROVÍNCIA DA PARAYBA e Bless & Polemman. In. SOARES, Maria Simone Morais; MOURA FILHA, Maria Berthilde. A Formação dos Arraisais nos Sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em Fins do Século XVII. 2014, p. 12.

Como bem trata Macêdo (2000), é nesse momento de transição do século XVII para o século XVIII que se tem início *A construção cartográfica do Seridó*. Com o conseqüente crescimento populacional na região, se viu necessário a construção de lugares que fossem apropriados para que seus habitantes pudessem realizar seus cultos, é aí que surgem as três primeiras

capelas no Seridó. A primeira, construída no Arraial do Queiquó (Caicó) em 1700, outra construída na Fazenda Serra Negra em 1735 e a terceira no Acauã (Acari) também em 1735.

A Freguesia do Seridó (Senhora Sant'Anna do Seridó) fora criada, em 1748, à partir do desmembramento da Freguesia do Piancó (PB). O decreto da criação da freguesia, ordenado pelo sétimo bispo de Olinda, Dom Frei Luís de Santa Teresa, determinou que a matriz fosse estabelecida no lugar chamado Caicó, que estaria justamente em um ponto central às outras duas capelas (Acauã e Serra Negra). É só após a criação oficialmente da freguesia que se há a primeira delimitação do espaço territorial da região do Seridó.

"- a Ribeira das Espinharas, começando das suas nascenças, ou nascenças do seu Rio com todas as suas vertentes e desagadôros nelle até a Barra que faz no Rio das Piranhas, e por este abaixo até os limites da Freguezia do Assú, ficando a Ribeira do Seridó, suas vertentes e todas as mais que d'esta parte correm para o Rio de Piranhas (que será diviza entre a antiga e a nova Freguezia) para Freguezia de Santa Anna; e o que fica para a outra banda do Rio Piranhas pela parte do Patú, e que não fôr Ribeira das Espinharas e suas vertentes ficam continuando a pertencer a antiga Freguezia de Nossa Senhora do Bom Sucesso. [...]"¹⁵

2.1 O processo de desmembramento do Seridó

A área onde se encontra a região do Seridó nem sempre foi um ponto pacífico quando falamos sobre a delimitação territorial, e o desmembramento da Freguesia do Seridó em 1748 é o ponto inicial para um agravamento das disputas territoriais entre as capitanias da Paraíba e do Rio Grande. Partindo disso, uma série de eventos cria um certo

¹⁵ In. MACEDO, M. K. **História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX**. Mneime (Caicó.Online), CERES, v. 01, n.01, p. 18, 2000.

descontentamento por parte dos paraibanos.

No Seridó, a elevação do Arraial do Queiquó à Povoação do Caicó (1735) e posteriormente à sede da freguesia (1748) provocaria, a longoprazo, uma crise com a vizinha Paraíba. O pomo da discórdia estava questão dos limites do território seridoense, reivindicado por ambas as províncias. A constituição geográfica do Seridó tinha sido parteadacom uma fatia do norte paraibano e com outra do sul da Capitania do Rio Grande. O processo de encampamento da parte potiguar pelos mecanismos da administração colonial tinha dado a este território uma feição dúbia, pois estava assentado parte sob o domínio potiguar, no caso da vila, e parte adentrando-se na Paraíba, no caso da freguesia, que desmembrara-se da freguesia do Piancó - que sobre a porção do Seridó potiguar exercera sua administração espiritual¹⁶.

Em 31 de julho de 1788, a antiga Povoação do Caicó foi elevada à vila, criando-se assim a Vila Nova do Príncipe, autorizada pelo Governador de Pernambuco, Dom Tomás José de Melo. Posteriormente, no início do século XIX, a Vila Nova do Príncipe passaria a reivindicar o seu território pelo Rio Grande do Norte. O descontentamento, por sua vez, por parte da vila, era sobre o uso dos impostos do gado em seu território, eles acreditavam que havia má uso destes impostos por parte da administração paraibana.

A região do Seridó, assim como todo o território da Capitania do Rio Grande pertencia, até o início do século XIX, do ponto de vista jurídico, à comarca da Paraíba. Este panorama só veio a mudar quando El Rei julgou necessário dar autonomia ao Rio Grande, criando, assim, a comarca de Natal, que passou a administrar sob o campo de vista forense todo o território do Rio Grande. É a partir desse momento em que o descontentamento e as reclamações por parte dos paraibanos aparecem mais insistentemente constantes.

¹⁶ MACEDO, M. K. **História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX**. Mneime (Caicó.Online), CERES, v. 01, n.01, p. 21, 2000.

No documento abaixo transcrito consta o alvará de criação da comarca de Natal no ano de 1818:

Alvará de 18 de março de 1818

Cria a nova comarca do Rio Grande do Norte, da Capitania do mesmo nome:

“Eu El Rei faço saber aos que este Alvará virem, que tomando em consideração os graves prejuízos que ao meu real serviço, ao interesse e segurança pública e à boa administração da justiça, necessariamente resultam de se achar a Capitania do Rio Grande do Norte anexa à comarca da Paraíba por não ser praticável que um só Ministro, a quem é sumamente custoso corrigirbem a comarca da Paraíba, pela sua grande extensão, tenha juntamente a seu cargo aquela Capitania, que também abrange um vasto e dilatado território, e possa fazer nela, nos competentes tempos e na forma devida, as correições tão necessárias para se manter pela influência saudável da autoridade e abrigo das leis, a segura fruição dos direitos pessoais e reais dos povos e querendo das as providências próprias para que possam os habitantes da mesma Capitaniagozar dos vantajosos proveitos de uma vigilante polícia e exata administração da justiça, evitando-se as desordens e perigosas consequências da impunidade dos crimes tão frequentes em lugares administrados por juízes leigos, quando não são advertidos nas anuais correições:

Hei por bem determinar o seguinte:

1º - A Capitania do Rio Grande do Norte ficará desmembrada da Comarca da Paraíba e formará uma comarca separada, que sou servido criar com a denominação de comarca do Rio Grande do Norte, tendo por cabeça a cidade de Natal e os limites que se acham assinados para a mesma Capitania.

2º - O Ouvidor que eu houver por bem nomear terá a mesma jurisdição que o da comarca da Paraíba e observará o mesmo regimento no seu distrito, guardando todas as mais leis, ordens e regimentos que são dados aos Ouvidores deste Reino do Brasil.

3º - Vencerá o mesmo ordenado, propinas e emolumentos que vence o Ouvidor da Paraíba; e na sua comarca lhe pertencerão os cargos e jurisdições que lhe costumam ser anexos na forma das minhas reais ordens.

4º - Para satisfazer plenamente as suas obrigações sou servido a criar para este Ouvidor os Ofícios de Escrivão e Meirinho; e as pessoas que forem neles providas os servirão na forma das leis e regimentos que a este fim se acham estabelecidos, e vencerão os salários, caminhos e ração que percebem os da Comarca da Paraíba.

E este se cumprirá como nele se contém. Pelo que mando à Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens; Presidente do meu Real Erário; Conselho da minha Real Fazenda; Regedor da Casa da Suplicação; Governadores e Capitães Gerais, Ministros e mais pessoas, a quem pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumpram e guardem não obstante qualquer decisão em contrário que hei derogado por este efeito corrente: Valerá como carta passada pela Chancelaria, posto que por ela não há de passar, e que o seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da lei em contrário.

Dado no Palácio da Real Fazenda da Santa Cruz em 18 de março de 1818,

Rei com guarda.

Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

Alvará pelo qual Vossa Majestade há por bem-criada a nova comarca do Rio Grande do Norte, desmembrando-a da comarca da Paraíba tudo na forma acima declarada.

Pra Vossa Majestade ver. João Cordeiro de Campos o diz¹⁷.”

Mesmo com a criação da comarca do Rio Grande do Norte, o território do Seridó ainda gerava atritos quanto a demarcação de sua área. Para os paraibanos, o Seridó continuava pertencente à Paraíba, pois ainda seguia com indefinições no campo de vista geográfico, sem posicionamentos oficiais acerca das demarcações dos limites territoriais. *(...)as populações paraibanas de Pombal continuaram a considerar da sua Capitania certos trechos do território do Seridó. Alguns iam além e achavam mesmo que o todo o Seridó devia pertencer à Paraíba¹⁸.* Isso se dava pelo fato de que o território de Vila Nova do Príncipe era constantemente confundido com a área de atuação da Freguesia de Caicó, que abrangia áreas da Paraíba.

Na busca por cessar as dúvidas que haviam acerca das delimitações geográficas do território de Vila Nova do Príncipe surgiu a principal liderança política do Seridó na primeira metade do século XIX, o Padre Francisco de Brito Guerra. Nascido em 18 de abril de 1777, o Padre Brito Guerra tornara-se uma das figuras mais expressivas da política no Rio Grande do Norte. Durante o seu primeiro mandato como deputado-geral entre os anos de 1831 e 1833, o deputado apresentou à Assembleia o seu primeiro projeto de lei, que consistia na delimitação do território do Seridó, buscando tornar a região definitivamente parte do Rio Grande do Norte e acabar com as disputas que haviam com a província da Paraíba.

Segundo Macêdo (2000), a presença do Seridó na cena política provincial através do Padre Brito Guerra, que também era vigário da Vila Nova do Príncipe, certamente influenciou na aderência desta região ao

¹⁷ FONTE: MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, pp. 62-63.

¹⁸ MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, p.61.

território do Rio Grande.

O projeto do deputado Brito Guerra fora apresentado à Assembleia no dia 26 de julho de 1831 e foi julgado como objeto de deliberação e mandado imprimir com urgência, porém a sua discussão foi adiada no dia 26 de agosto do mesmo ano. Diante da emergência do projeto, o Senado votou uma medida mais imediata que consistia na fixação em textos claros dos limites territoriais que deviam ficar para a província do Rio Grande do Norte e para a província da Paraíba.

Era assim atendido o ponto de vista do Padre Guerra, o qual, ao ser recebido pela Assembleia a proposição vinda do outro ramo do Poder Legislativo, em sessão de 27 de setembro de 1831, solicitou urgência para a sua discussão, urgência que a Câmara concedeu, votando afinal as medidas indicadas pelo Senado com uma medida a mais, esta de autoria do deputado Guerra.¹⁹

O projeto do Padre Brito Guerra foi votado como lei e finalmente transformado em decreto no dia 25 de outubro de 1831. Este decreto que finalmente delimitava os limites da Vila Nova do Príncipe foi descrito da seguinte maneira:

“Decreto de 25 de outubro de 1831.

Marca os limites da Vila Nova do Príncipe, da Província do Rio Grande do Norte.

A Regência, em nome do Imperador e Senhor D. Pedro II, há por bem sancionar, e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembleia Geral Legislativa:

¹⁹ MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, p63.

Art. 1º - A Vila Nova do Príncipe da Província do Rio Grande do Norte continuará na posse de todo o território, que lhe foi assinado no ato de sua criação em 31 de julho de 1788; ficando o dito território dentro dos limites da comarca, e sujeitos os moradores dele ao Governo Civil e Militar e à administração da Fazenda da sobredita província, com exclusão, porém, detoda a Freguesia dos Patos, tal qual atualmente existe, e daquela parte da do Cuité que sempre pertenceu à Província da Paraíba, na qual ficam compreendidas tanto esta parte da do Cuité, como a dos Patos.

Art. 2º - Fica assim entendido o Alvará de 18 de março de 1818. (a) José Lino Coutinho, do Conselho do meu Império; Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império o tenha assim entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1831, 10º da Independência e do Império. (aa) Francisco de Lima e Silva – José da Costa Carvalho – João Braulio Muniz; José Lino Coutinho”.²⁰

O decreto legislativo teve como objetivo findar, de uma maneira conciliadora, as disputas territoriais a respeito da região do Seridó, passando para a Província da Paraíba todo o território que compreendia a freguesia de Patos e parte da de Cuité por serem mais próximas daquela província e para o Rio Grande do Norte os territórios que lhe ficavam mais vizinhos.

A decisão não foi vista com bons olhos pelos paraibanos, que acreditavam que este decreto só havia sido sancionado pelo do Padre Brito Guerra gozar de um certo prestígio diante da Assembleia Legislativa. Buscando defender seus interesses, no ano de 1834, a Assembleia Provincial da Paraíba apresentou à Câmara Nacional um pedido de

²⁰ FONTE: MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, p. 64.

revogação da lei de 1831. O mesmo foi feito pela Câmara da Vila de Patos.

A Assembleia do Rio Grande do Norte dirigiu também à Câmara Nacional uma representação em defesa da manutenção da lei de 1831 e contou com o apoio dos votos expressos através de abaixo-assinados pelas populações da Vila Nova do Príncipe e da Vila do Acari (ambas na região do Seridó), contrariando o que acreditavam os paraibanos, que presumiam que a lei de 1831 não contemplava as vontades da população da região do Seridó, crendo que estes ficariam mais à vontade em pertencer à Província da Paraíba, devido aos contatos estabelecidos ao longo dos séculos XVII à XIX entre as duas províncias.

Nos abaixo-assinados remetidos pelos "*juizes de paz, inspetores, guardas nacionais e proprietários*", documento enviado pelas câmaras das Vilas de Acari e Príncipe - onde se mostravam "*contentes em pertencer à Província do Rio Grande do Norte*"-, percebemos que os móveis do descontentamento respondiam pela "*Freguesia de Patos, por querer ser Vila*" e "*pelas pretensões da Vila de Pombal na Província da Paraíba*". Os espíritos paraibanos estariam armados por "*homens ambiciosos, e desordeiros, seduzindo os representantes e alguns homens incautos, arranjando assinados até por crianças para fazerem uma turba-multa*"²¹

O Padre Brito Guerra alegava que as argumentações por parte dos paraibanos não tinham fundamento e, para defender o seu ponto de vista e a manutenção da lei de 1831, Brito Guerra justificava que o comércio na região do Seridó encontrava-se prejudicado pela administração paraibana, já que os dízimos do gado potiguar não prosperavam no Seridó.

As representações tanto dos representantes da Província da Paraíba quanto da Província do Rio Grande do Norte foram enviadas à Comissão de Estatística da Câmara, que no dia 9 de setembro de 1835 emitiu um novo parecer no qual defendem que não seria necessário a revogação da resolução do decreto-lei de 1831. Um ano antes deste parecer, durante

²¹ In. MACEDO, M. K. **História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX**. Mneme (Caicó.Online), CERES, v. 01, n.01, p. 22, 2000.

sessões da Assembleia Legislativa dos dias 16 e 18 de julho, os deputados Brito Guerra, representante do Rio Grande do Norte e Veiga Pessôa, representante da Paraíba, discutiram sobre a matéria e expuseram seus pontos de vista, buscando defender os interesses das suas respectivas províncias.

A seguir podemos constatar o discurso do deputado Brito Guerra durante a sessão do mês de julho de 1831:

Sr. Brito Guerra – Conheço bem a minha Freguesia, mas, falarão por mim a verdade, a razão, justiça, a lei. Eis aqui. (Leu a resolução de 25-10- 1831). Pois, então, Sr. Presidente, existe alguma razão para ser derogada esta lei; Existe direito à Câmara da Vila dos Patos para representar ao Conselho Geral da Província da Paraíba contra o termo da Vila do Príncipe. É injusto o parecer da Comissão que não anui a uma tal representação infundada, e manifestamente contrária ao bem-estar dos povos respectivos da Vila do Príncipe; eu vos analisa-lo. (Lê.) E mostro exuberantemente as razões em que se fundou o parecer, contrariando a representação da Paraíba e Câmara dos Patos.

Depois continuou dizendo – como se quer deprimir o Rio Grande do Norte para exaltar a Paraíba? Não é o Rio Grande Província do Brasil? Não tem ajudado com o seu contingente a este Império? Há pouco eu vi que ele em poucos anos tem concorrido com 34,481 quintais de pau-brasil para ajudar a amortizar a dívida pública.

Entre as razões que expende o Conselho da Paraíba, disse que os dizimos do Rio Grande não avultarão, etc. Não se dá uma razão mais frívola: quando fosse atendível, então provaria contraproducentemente!

(...) A minha Província não merece ser deprimida, defraudada e sufocada pela da Paraíba.

(...)

Continuou a mostrar que a Província da Paraíba já se acha mais aumentada em população, riqueza, vilas e comércio, do que a do Rio Grande, e que era justo que se dessem as mãos, e não fossem dissidentes, querendo amaior sufocar a menor.

Dirigiu o seu discurso a todos os Srs. Deputados e especialmente os da Província da Paraíba, e perorou dizendo – “contente-se, pois, a Vila dos Patos (segundo meu fraco entender) com o território que a Vila do Príncipe lhecedeu”.

Prospera a Província da Paraíba com a sua riqueza e alta categoria a que se acha elevada; e deixe viver e respirar um pouco a pobre Província do Rio Grande dentro dos limites que marcou a lei.

*Voto pelo parecer da Comissão”.*²²

O deputado paraibano, em contra-argumento ao deputado da província vizinha, discursou sobre o parecer ter sido injusto em ter desatendido a representação do Conselho Geral da Paraíba, porém de nada adiantou. Com a manutenção da solução proposta pelo Padre Brito Guerra para a delimitação da região do Seridó com a Paraíba através da lei de 1831, ratificada em 1835 pelo Poder Legislativo Nacional, os limites territoriais do Seridó estavam finalmente estabelecidos, enquadrando-se seu espaço nos limites do Rio Grande do Norte e permanece assim até os dias atuais.

²² **FONTE:** MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, pp. 69-71.



À GUIZA DE ENCERRAMENTO

O presente trabalho nos possibilitou fazer uma compreensão da construção do espaço geográfico do estado da Paraíba, tendo como enfoque o desmembramento da região do Seridó hoje pertencente ao estado do Rio Grande do Norte. O entendimento do surgimento e da organização deste espaço é de suma importância para compreendero porquê de o território ser motivo de disputas por tantos anos entre as capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

O elemento econômico fundamental da região do Seridó foi, sem dúvidas, o gado. Foi através dele que se deu início ao povoamento das terras seridoenses e foi a principal fonte de riqueza da região. A pesquisa nos mostrou que a criação do gado e os grandes fazendeiros da região tiveram uma participação importante para o desenvolvimento do Seridó e também, posteriormente, na decisão por fazer parte do Rio Grande do Norte durante o processo de delimitação espacial do Seridó, o qual era motivo de disputas entre a província do Rio Grande do Norte e a sua vizinha, a Paraíba.

A Capitania do Rio Grande foi, por um bom tempo, através da criação de gado principalmente na região do Seridó, o sustentáculo de três capitanias vizinhas, a do Ceará, da Paraíba e do Pernambuco. Se não fosse pelo Rio Grande do Norte e o seu fornecimento de reses às tropas holandesas durante o período das invasões holandesas no século XVII,

grande parte dos seus soldados morreriam de fome.

Este desmembramento não se dá de maneira simples e as disputas territoriais pelo espaço entre as capitanias só chega a um desfecho legal após o ano de 1835, depois de muitas discussões na Assembleia Legislativa Nacional.

Embora o descontentamento por parte dos poderes paraibanos, a região ainda guarda, culturalmente, muitos resquícios da sua influência paraibana pelos vários contatos em que o Seridó teve com o Província da Paraíba ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. A proximidade, também no âmbito cultural, com a região do Seridó paraibano também é visível nos dias atuais.

Após a definição do seu território e a sua anexação à capitania do Rio Grande do Norte, a região do Seridó passa a prosperar economicamente e passam a surgir outras vilas. Até então, a região contava com apenas duas vilas, a Vila Nova do Príncipe, fundada em 1788 e a Vila do Acari, essa fundada no ano de ratificação da lei em que delimitava as limitações territoriais do Seridó no ano de 1835. Com a definição, passam a surgir as vilas de Jardim do Seridó em 1858, a de Serra Negra do Norte em 1874, a de Currais Novos em 1890 e a de Florânia, também no ano de 1890.

Com a criação dessas novas vilas, a população seridoense também tem um crescimento significativo durante o século XIX. No ano de 1782, a região que contava com apenas 3,630 habitantes teve um enorme crescimento, chegando a mais de 40,000 habitantes ao final do século XIX.

Apesar anexação do território do Seridó à capitania do Rio Grande do Norte ter sido sancionada através de decreto imperial, a administração paraibana só veio a ratificar, oficialmente, 19 anos após o seu acontecimento, no ano de 1854, por meio da implementação da Lei de Terras da Capitania. Essa lei teve como origem um projeto de lei

apresentado no ano de 1843 pelo então político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos e foi a responsável por abolir de vez o regime de sesmarias, remodelando as questões sobre o direito agrário brasileiro. Tal lei foi regulamentada no dia 30 de janeiro de 1854 através do decreto imperial de nº. 1318.

Após essa ratificação por parte da Paraíba, no ano de 1854, o estado deu um ponto final nas disputas territoriais pela ribeira do Seridó com o estado do Rio Grande do Norte posteriormente através do acordo territorial de 1920.

FONTES

Irineu Pinto. **Datas e Notas sobre a História da Paraíba**, v.1. In. SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, Monique. **Estrutura de Poderna Paraíba**. p. 28-29

Irineu Pinto. op. cit. In. SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, Monique. **Estrutura de Poder na Paraíba**. p. 33.

_____, **Localização do Seridó nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba (classificação do IBGE)**. Disponível em:

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Seridó>> . Acesso em: 23 nov. 2018. il. color.

_____, **Mapa de Joan Blaeu de 1640 com quatro capitânicas em destaque, entre elas da Paraíba**. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_da_Paraíba> . Acesso em: 03 dez. 2017. il. color.

Mapa modificado a partir de IBGE. Divisão territorial, 1987 apud RODRIGUES, Janete

L. (coord.). **Mapeamento Cultural: Paraíba onde o sol nasce primeiro**. João Pessoa: Grafset, [2000]. In. SARMENTO, Christiane. **Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800**. 2007. p. 43.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico

do Senado Federal, 1980, pp. 62-63.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, p. 64.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980, pp. 69-71.

SEIXAS (1975, p.22). In. SOARES, Maria Simone Morais; MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Sertão da Paraíba no Século XVIII: representações espacial e imagética**. p. 89.

Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da Hidrografia do Brasil disponíveis em IBGE (2010). In. SOARES, Maria Simone Morais; MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Sertão da Paraíba no Século XVIII: representações espacial e imagética**. p. 91

Sobreposições de bases em CAD da divisão administrativa dos Estados e da hidrografia do Brasil, PROVÍNCIA DA PARAYBA e Bless & Polemman. In. SOARES, Maria Simone Morais; MOURA FILHA, Maria Berthilde. **A Formação dos Arraiais nos Sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em Fins do Século XVII**. 2014, p.12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

AMORIM, Leonília Maria de; A guerra na terra do açúcar: o domínio holandês. In: Eliete de Queiroz Gurjão; Damião de Lima. (Org.). **Estudando a História da Paraíba**. 3ª ed. Campina Grande: EDUEP, 2004, cap.8, p. 51-55.

AMORIM, Leonília Maria de; O homem seguiu o boi pelos sertões: a pecuária. In: Eliete de Queiroz Gurjão; Damião de Lima. (Org.). **Estudando a História da Paraíba**. 3ª ed. Campina Grande: EDUEP, 2004, cap.9, p. 57-60.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação territorial da Mata Paraibana, 1750- 1808**. 2008. Defesa de dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730). In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; Resistência indígena e dominação do litoral. In. Eliete de Queiroz Gurjão; Damião de Lima. (Org.). **Estudando a História da Paraíba**. 3ª ed. Campina Grande: EDUEP, 2004, cap.4, p. 29-32.

LAMARTINE, Oswaldo. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MACEDO, H. A. M. de. **Os documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do sertão do Rio Grande do Norte**. Mneme (Caicó. Online), Web, v. 5, n.12, 2004.

MACEDO, M. K. **História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX**. Mneme(Caicó. Online), CERES, v. 01, n.01, 2000.

MACHADO, Maximiano Lopes de. **História da Província da Paraíba**. 1 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1977.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 4ª ed. João Pessoa: IFPB, 2016.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico

do Senado Federal, 1980.

MORAES, Ana Paula da C. P. **O Sertão dos Rios Piranhas e Piancó na rede dos caminhos dos sertões ermos do Norte, século XVIII.** In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal, RN. XXVII Simpósio Nacional de História - Anpuh Brasil - Anais Eletrônicos. São Paulo, SP: Anpuh, 2013. p. 1-12.

MORAES, Ana Paula da C. P. **Sertão, sociedade e meio ambiente no rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750.** Espacialidades, v. 7, p. 79-95, 2014.

NASCIMENTO FILHO, C. R. **A Fronteira Móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881).** 2006. Defesa de dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba.

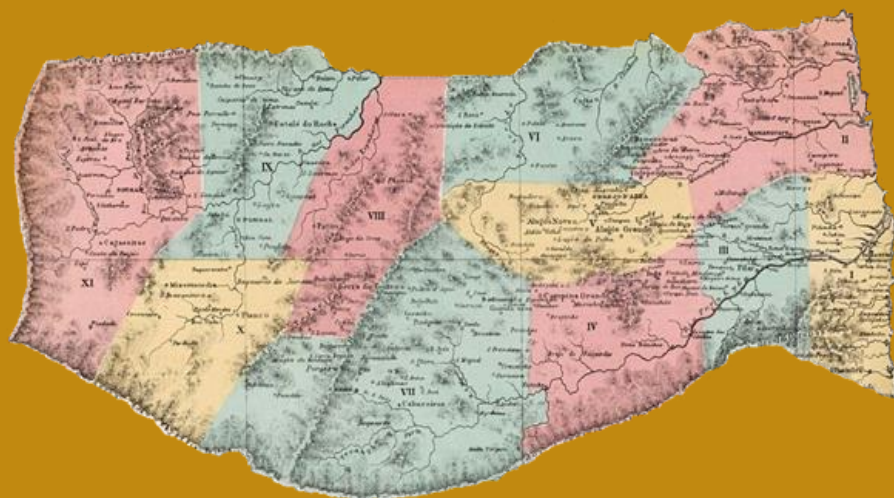
SARMENTO, Christiane F. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba colonial: Pombal e Sousa 1697-1800.** 2007. Defesa de dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVEIRA, R. M. G.; GURJÃO, E. Q.; ARAÚJO, M. L. R.; CITTADINO, Monique. **Estrutura de poder na Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

SOARES, Maria Simone Morais; MOURA FILHA, Maria Berthilde. **A Formação dos Arraiais nos Sertões da Paraíba, Rio Grande do**

Norte e Ceará em Fins do Século XVII. Fenix: revista de história e estudos culturais, v. 11, 2014.

_____. **O sertão da Paraíba no século XVIII: representações espacial e imagética.** InterScientia, v. 1, p. 84-99, 2013.



ISBN 978-65-83987-01-7